

Ata da 11ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo, da 3ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura da Câmara Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso.

Aos oito dias do mês de maio do ano de 2006, reuniram-se na Câmara Municipal de Feliz Natal os Vereadores: Antoninha Leuci de Oliveira, Aníbal Alves Vilela, Carlos Adelar Faganello, Gerson Antonio, Ilton Provenzi, Luis Carlos de Melo, Pascoalina Grassioto, Rita de Cássia Moretti Liutti e Valdecir Rodrigues Garcia, sob a Presidência do Vereador Gerson Antonio, que declarou:- “De acordo com a Constituição Federal, Constituição Estadual e a Lei Orgânica de nosso Município e sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos”. Em seguida o Presidente colocou em discussão a Ata da Sessão anterior e por não haver nenhuma observação, o Presidente colocou a mesma em votação, sendo aprovada por todos. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura das correspondências recebidas desde a última Sessão. Após, o Presidente deixou a Tribuna à disposição dos Vereadores, momento onde pronunciou-se o Vereador Ilton Provenzi comentando sobre o Festibel, relata que o objetivo do evento é arrecadar fundos para que o Colégio tenha melhores condições em algumas obras que estão pendentes. Comenta que faz parte da APM e que foi solicitado não cobrar ingresso no festival, porém chegaram à conclusão de que é preciso cobrar um pouco sim. Relata que pretendem fazer a construção de um refeitório naquele colégio, onde a Prefeitura fica como parceira na obra e o Colégio fica responsável por arrecadar alguns materiais. Pelo exposto, pede a todos os Vereadores que participem do Festibel, para assim estarem auxiliando a Escola Princesa Izabel. Pede ao Presidente que o Projeto de Lei Municipal nº 007/2006 não seja lançado em caráter de urgência urgentíssima, até para que o mesmo possa ser melhor analisado realizando assim um trabalho transparente. Afirma que é favorável ao

Projeto, porém, para que seja feito um trabalho de qualidade, gostaria que houvesse mais tempo para analisar o Projeto. Em seguida fez uso da palavra o Vereador Luis Carlos de Melo comentando sobre a questão do Agronegócio, em que alguns Vereadores foram oferecer seu apoio na manifestação em Sinop. Afirma que esta situação está vergonhosa, e que os nossos Governantes não estão preocupados com a situação do nosso País. Manifesta sua indignação e coloca que o nosso Presidente da República deveria dar mais atenção ao Agronegócio, pois é onde gira a maior importância de verba do nosso País. Critica a Rede Globo que, por qualquer coisa faz uma reportagem a respeito, porém, sobre o manifesto do Agronegócio, até agora não noticiou nada a respeito, e isso é vergonhoso. Quanto ao Projeto de Lei nº 007/2006, faz suas as palavras do Vereador Ilton e pede mais tempo para poder analisar melhor este Projeto. Na sequência se pronunciou o Vereador Carlos Adelar Faganello relatando sobre a comemoração da Semana do Trabalhador, e pede que se olhe hoje principalmente para os trabalhadores desempregados. Afirma que só para os que estão comandando nosso País que está tudo bem, pois o desemprego está batendo em nossa porta também, mas para esse governo está tudo bem. Afirma que este Governo manipula números e a Rede Globo, hoje, trabalha para o PT. Quanto à questão do Projeto de Lei Municipal nº 007/2006 que os Vereadores Ilton e Luis colocaram, pede ao Presidente que dê uma explanação para que se possa chegar a um acordo. Em seguida se pronunciou o Vereador Aníbal Alves Vilela fazendo um elogio ao pessoal da Polícia Militar pelo excelente trabalho que vem prestando a nossa comunidade, relata que o Comandante Dantas lançou um panfleto explicativo onde deixa bem claro quais são as obrigações e os deveres com relação ao trânsito, além de palestras educativas nas escolas que vem realizando e, pelo seu trabalho, agradece. Reforça a sugestão dada pelos Vereadores Ilton e Luis, que dê mais alguns dias para que se possa avaliar melhor este projeto, pois assim será realizado um trabalho melhor, mais bem feito. Na sequência a Vereadora Rita de Cássia M. Liutti se dirigiu à Tribuna, comentando sobre a questão da iluminação

pública, onde foi cobrada que na Rua Uruguai não há iluminação pública e é um breu total e também a rua está em precárias condições. Solicita que sejam tomadas as providências necessárias. Dando prosseguimento a Vereadora Pascoalina Grassioto relatou que em sua viagem fez uma pesquisa perguntando as pessoas se votariam novamente no Lula e afirma que todos estão revoltados com sua administração, por isso coloca que tem fé que vão vencer nessa eleição e expõe sua tristeza com os agricultores também, esperando que o próximo Presidente da República olhe para esse lado, pois tudo depende, inicialmente, do agronegócio. Com relação ao Projeto citado anteriormente, também solicita que possa haver um prazo maior para análise do mesmo, afirma ser favorável, porém, é necessário um tempo para uma melhor avaliação. Em seguida o Presidente Gerson Antonio lembrando aos Vereadores que a Sra. Amanda da Silva que possui um filho que necessita de cirurgia esta de volta hoje para saber como anda a venda das rifas que os Vereadores pegaram para vender. Dá as boas vendas a Vereadora Pascoalina, que retorna de sua Licença Parlamentar. Comenta sobre o Movimento Pró-Agronegócio que está acontecendo, onde pessoas sérias estão tentando mostrar para pessoas insensíveis e que outras pessoas do mesmo nível que lá as colocaram no poder não olham, porém, infelizmente na Rede Globo, em seus noticiários vê-se a resposta que eles tem dado a esse protesto que até agora não significou nada e que tem que continuar para buscar algum resultado. Relata que alguns Vereadores estiveram lá fazendo visita de apoio àquelas pessoas e coloca que se for necessário esta semana estarão se deslocando novamente à BR-163 para fazer este trabalho. Comenta que a Vereadora Rita de Cássia na Tribuna Livre cobrou novamente a iluminação pública e desta vez na Rua Uruguai, onde, se não se engana, há uma Indicação do Vereador Luis ou Vereador Vilela. Relata que tem se empenhado, todavia é necessário terminar naquele local o trabalho que hoje é da Rede CEMAT de rebaixamento de rede. Coloca que isso faz lembrar da questão da iluminação pública dentro de nossa cidade, onde muitas pessoas têm feito essa cobrança, inclusive com razão. Coloca que o caminhão que fará o trabalho de

reposição destas lâmpadas e todo o trabalho novo de instalação nas ruas este está totalmente pronto, mas o nosso Executivo esbarrado na sua lentidão, não deu conta de comprar as luminárias para hoje já estar fazendo este serviço de reposição. Relata que elas estão compradas, mas, na semana passada estavam presas na barreira de Rondonópolis e foi informado que elas já se encontram em Sinop e faltam vir para Feliz Natal para estar resolvendo esse problema de iluminação pública em nosso Município. Afirma que foi procurado na semana anterior por um cidadão que reclamou sobre a iluminação pública e que lhe pediu o que poderia fazer para apressar essa questão. Relata que nesta conversa informal colocou-lhe tudo que poderia ser feito, a cobrança aos Vereadores, ao Executivo e esta pessoa cogitou em processar o Executivo Municipal. Relata que pediu a este cidadão se processar a Prefeitura resolve o problema da iluminação, pois não resolve. Afirma que essa pessoa saiu convencida de que cobrar é necessário, agora, quem gosta de Feliz Natal, quem quer ver o Município crescer, não fica, antes de resolver o problema e levar sugestões falando em processar esse ou aquele em função de um serviço que não foi feito. Coloca que, por vezes, é em pessoas humildes que se consegue estabelecer um diálogo sério. E afirma que realmente a iluminação pública em Feliz Natal está muito ruim, mas não podemos reclamar que não recebemos o benefício dela, até por que a Constituição Federal e as demais Leis que tratam desse assunto são bem claras que a iluminação pública que o indivíduo paga é de toda a cidade e não apenas de frente da sua casa. Com relação ao Projeto de Lei Municipal nº 007/2006, relata que podemos por pedido de interstício votá-lo em caráter de urgência urgentíssima e tem a disposição de conversar sobre o Projeto e ver qual o ponto que realmente atrapalha a votação para ver o que se pode fazer. Relata que está em pauta o Projeto de Resolução de autoria desta Casa de Leis onde colocou o Projeto de Resolução em nome dos nove Vereadores em função de que sendo aprovado este Projeto de Resolução e o Projeto de Lei é esta Casa de Leis que está fazendo a renúncia, e não o Presidente da Câmara. Relata que na redação vinda do Executivo Municipal, acredita que a

pessoa que fez o Ofício citou o número da Indicação para respaldar, dar justificativa ao Projeto de Lei, ou seja, a Câmara de Vereadores de Feliz Natal, por unanimidade, quer mais um Posto para atender o Programa Saúde da Família, lá está a opinião de todos os Vereadores. Pede aos Vereadores que se atentem que neste Projeto está relatado a construção da sala de Raio-X, está citado o interesse de equacionar as dificuldades de agendamento, de forma implícita terá de acompanhar toda uma equipe de profissionais para fazer o atendimento. Então, com tudo isso, coloca-se a disposição para esclarecer qualquer dúvida que os Vereadores tenham com relação a este Projeto, pois a seu ver, é muito simples, a Câmara de Feliz Natal faz uma renúncia de receita que é no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e passa para o Executivo aplicar esse recurso, que é parcelado R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por mês para organizar mais um Posto para atendimento da Saúde da Família. Acredita que este Projeto não estaria atrapalhando ou mudando a imagem do Vereador ou da Câmara Municipal, pois assegura que aprovado este Projeto não haverá entre linhas que dificultem o andamento dele ou faça algo de forma incorreta. Deixa a palavra para os Vereadores discutirem sobre o Projeto. Logo após, a Vereadora Antoninha Leuci de Oliveira fez uso da palavra colocando que foi feita a iluminação pública em duas ruas na semana anterior e não continuaram pois acabou o material. Relata que em conversa com o electricista, estavam aguardando apenas o material chegar para dar prosseguimento ao trabalho e que a prioridade é a Rua Francisco de Oliveira Caldeira. Por isso está contente, pois será um problema resolvido, já que as providências estão sendo tomadas. Parabeniza o grupo dos Idosos pelo evento realizado, comentando que este grupo é muito esforçado e possui muito entusiasmo e afirma que eles merecem os parabéns. Na seqüência se pronunciou o Vereador Luis Carlos de Melo colocando com relação ao Projeto que acredita ser um pouco exagerado o valor da verba para aquisição do prédio, por isso gostaria de se inteirar para saber certo o valor do imóvel. Em seguida a Vereadora Rita de Cássia M. Liutti perguntou se o Projeto será discutido agora ou no momento

certo destinado a discussão. Respondendo, o Presidente colocou que se for deixar pra discuti-lo no momento que presume ser o certo, o Projeto já estará em votação e, abrindo a discussão agora, se não chegarem a um acordo ele não vai para a votação hoje, apenas se chegarem a um acordo. Prosseguindo, a Vereadora Rita solicitou que seja melhor esclarecido sobre os valores. Aproveita a Tribuna Livre para relatar que em conversa com o Dr. Ary, Assessor Jurídico da Câmara sobre a questão do Bradesco e Correio, onde o mesmo lhe deu a idéia de conversar com algumas das pessoas que estão na fila, já que se sabe que o tempo de espera em fila não deve ultrapassar trinta minutos, para que essas pessoas tirem uma foto na hora em que entram na fila e outra na hora em que foi atendido, assim se terá uma prova e pode-se mover uma ação, porém conversou com algumas pessoas para fazerem isso, mas elas ficaram meio sem jeito, então acha melhor deixar de lado, pois uma andorinha só não faz verão. Na seqüência o Vereador Carlos Adelar Faganello fez uso da palavra colocando que acredita que a única dúvida que possuem é não saber quantos terrenos são e também o valor acham que está um pouco alto até por estarmos num período de crise e pergunta ao Presidente se há risco de perder o negócio. Respondendo o Presidente Gerson Antonio que no Artigo 1º consta que o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito adicional especial e suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) nos termos do Artigo 43 da Lei Federal de 64, destinado a atender as despesas que ocorrerão na dotação orçamentária, pelo exposto coloca que os Vereadores estão confundindo este trecho do Projeto de Lei com o valor do imóvel, pois se trata de uma cópia do trecho da Lei Orçamentária, onde foi votado e aprovado naquele item R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na data em que foi aprovado o Orçamento. Afirma que neste Projeto não pode constar o valor do imóvel até por conta de que há todo um trâmite legal para ser feito. Por isso assegura que esses R\$ 300.000,00 não é o valor do imóvel, mas sim a dotação de onde sairá e pra onde entrará esse crédito que os Vereadores, via Câmara, estarão repassando para o Executivo, obrigatoriamente para o setor da Saúde. Continuando, o

Vereador Carlos Faganello colocou que esta é uma questão de esclarecimento e não gostaria que fossem tomadas decisões apressadas para não fazer algo errado, por outro lado, porém, pode ser que estejam perdendo um tempo precioso, pois poderiam aprovar o Projeto e deixar o Executivo trabalhar em cima dele. Em seguida a Vereadora Pascoalina Grassioto perguntou ao Presidente qual seria o valor do imóvel, respondendo, o Presidente disse que neste projeto de Lei não consta o valor do imóvel. E coloca ao Vereador Carlos que após aprovado o Projeto serão tomados os procedimentos legais, que é formar uma Comissão para avaliar o imóvel e depois efetuar a compra do mesmo. Em seguida o Vereador Carlos Faganello colocou que para solucionarmos o problema de atendimento na Saúde de Feliz Natal é só dessa forma e a localização deste prédio é excelente. Na sequência o Vereador Ilton Provenzi colocou que ficou em dúvida quanto à explicação do Presidente Gerson Antonio, pois relata que está saindo uma parte daquela dotação, sendo R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) que foi orçado para a Câmara para construção do prédio que está sendo revogado e os R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) seriam para completar os R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Por isso coloca que a dúvida fica quanto ao valor do prédio, pois acredita que, automaticamente o negócio está fechado verbalmente. Então acredita que alguns dias a mais, para quem já está talvez um ano tentando melhorar a saúde e as condições estão difíceis, acha que não vai mudar muita coisa. Acredita que não há necessidade de uma Comissão de análise do valor do prédio, pois o limite que o Prefeito tem para ser gasto sem passar por Comissão de análise de preços e sem passar pela Câmara é muito além disso. Sugere que os Vereadores façam uma reunião antes da Sessão para discutir o assunto informalmente, pois isso evita bastante transtorno e desgaste na Tribuna. Acredita que nenhum Vereador é contra esse Projeto, pois o maior anseio hoje de nossa sociedade é a saúde, pois todos têm conhecimento que ela está precária e precisa melhorar, contudo, não vê uma urgência tão grande que tem que ser hoje aprovado este Projeto, pois acredita que este Projeto precisa realmente ser melhor analisado. Por tudo isso, coloca

essa questão de se fazer, quando houver um Projeto polêmico, uma reunião antes com todos os Vereadores, justamente para evitar desgaste em Plenário. E se manifesta contrário a que este Projeto seja colocado em votação hoje em caráter de urgência urgentíssima. Em seguida o Presidente Gerson Antonio colocou que há uma contradição muito grande em falar que meia hora de discussão resolve o problema e as pessoas saberem da pauta, pois todos os Vereadores devem vir mais cedo no dia da Sessão para ler a ata e se preparar para a reunião. Relata que está aí desde as dezoito horas e que não veio ninguém para discutir o Projeto, porém, um pouco antes da votação é fácil falar que o Projeto precisa ser discutido. Pede aos Vereadores que fundamentem seus questionamentos sobre o Projeto para tirarmos dúvidas com relação ao Projeto de Lei buscando justificativas. Afirma que está fazendo isso por ser essa uma discussão aberta, porque tanto o líder de Bancada como qualquer outro Vereador se quiser colocar em votação hoje basta fazer o pedido de interstício e o Projeto vai para votação hoje, porém está evitando fazer isso. Sobre a questão do valor citada pelo Vereador Vilela, coloca que o Executivo não tinha a intenção de fazer a aquisição de imóvel, já que a previsão era a construção. Explica que, neste Projeto onde contempla esses valores, não há como fechar os R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil) vindos da Câmara Municipal, com o que já estava orçado na área da Saúde como material de consumo, renovação da frota da Saúde, entre outros. Em seguida o Vereador Luis Carlos de Melo pediu qual o valor específico do imóvel, já que no Projeto de Lei consta que o imóvel será adquirido. Respondendo, o Presidente Gerson Antonio disse que não cabe na votação definir valor. E se alguém quer falar em valor, quem tem interesse de comprar ou vender está fazendo errado, pois se não tem a autorização da Câmara de Vereadores não pode negociar valor. Afirma que o que cabe aos Vereadores hoje é aprovar ou não o crédito, pois o valor é em outro momento e assegura que os Vereadores tem o direito e dever de fiscalizar esse valor, mas não no momento da votação. Então, o Vereador Luis Carlos de Melo colocou que acredita que após aprovado o Projeto o Vereador não tem mais

direito de reclamar. Então, o Presidente Gerson Antonio assegurou que é dever do Vereador acompanhar o que é feito. Na seqüência se pronunciou o Vereador Valdecir Rodrigues Garcia relatou que o Vereador Ilton Provenzi disse que os inquilinos daquele prédio já se mudaram porque a Prefeitura está comprando o prédio e coloca que nessa conversa já há um valor para este prédio. Afirma que ainda não há valores para aquisição desse prédio, mas qualquer Vereador pode procurar uma empreiteira para saber o valor cobrado por metro de construção, procurar saber qual o valor de um terreno naquele local, pois todos os Vereadores são fiscais. Acredita ser muito mais viável ao Município construir um PSF ao invés de uma nova Câmara de Vereadores, que pode esperar mais um pouco. Pede aos Vereadores que parem de fazer política e trabalhem. Dando continuidade a Vereadora Pascoalina Grassioto colocou não ser contra o Projeto, mas afirma que é direito do Vereador ter tempo para estudar o Projeto, mas antes de votá-lo. Manifesta-se contra que o Projeto seja colocado em votação nesta Sessão. E quanto à verba da Câmara acredita que todos os Vereadores concordam que essa verba seja utilizada na Saúde já que não foi gasto esse dinheiro na construção do prédio próprio da Câmara, mesmo sendo esse um direito, de termos nossa própria Câmara com dignidade, já que essa verba estava destinada para esse fim. Em seguida o Presidente colocou que esse dinheiro não veio para a Câmara, se trata de uma dotação orçamentária, que vem parcelado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais mensais). E o que se pretende votar hoje é a devolução dessa receita de R\$ 15.000,00 mensais, num total de doze parcelas, totalizando R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para que seja investido na Saúde. Coloca que, se for o caso do Executivo construir um Posto para o Programa Saúde da Família ou se for fazer a aquisição de um prédio, muito bom. O que o Executivo pretende é resolver o problema da Saúde e assegura que é muito melhor amenizar o sofrimento da população do que os Vereadores estarem andando em veículo da Câmara ou ainda fazendo suas Sessões em ambiente aconchegante, num prédio novo. Em seguida o Vereador Carlos Adelar Faganello se dirigiu à Tribuna e colocou que

a Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento tem um trabalho fundamental na análise dos Projetos e, hoje vieram preparados para votar a Resolução. Sugere que seja feita uma Sessão Ordinária durante a semana para discutirem esse Projeto, para que assim a Comissão tenha um tempo para analisar o Projeto. Relata que ultimamente os Projetos chegam à Comissão de forma muito rápida e ela não tem tido tempo para analisá-los com calma. Por isso pede um dia para a Comissão poder analisar o Projeto e assegura que até quarta-feira estarão prontos para votar o Projeto, e não precisa ser feita Sessão Extraordinária, para ele, pode ser realizada Sessão Ordinária. Logo após se pronunciou o Vereador Luis Carlos de Melo afirmando concordar com as palavras do Vereador Carlos Faganello, pois a intenção é analisar com mais calma o Projeto. Afirma que quer resolver o problema da Saúde do Município, mas de forma que possa esclarecer a quem lhe perguntar de que forma que se deu a aprovação do Projeto. Em seguida o Presidente Gerson Antonio disse que quando a Comissão der seu parecer sobre o Projeto, será então votado o mesmo em primeira votação, pois ele retorna a seu trâmite normal. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da Tribuna, o Presidente passou a ordem do dia solicitando ao 1º Secretário que informasse o Quorum presente, informando o mesmo que havia nove vereadores presentes. Dando continuidade, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 007/2006, que autoriza a abertura de crédito adicional especial e suplementar e dá outras providências. Em seguida o Presidente Despachou o Projeto de Lei Municipal nº 007/2006 à Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento. Dando continuidade o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Legislativo nº 001/2006, que dispõe sobre a implantação de normas de trânsito sobre veículos que transportam cargas no perímetro urbano da cidade de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso. De autoria do Vereador Aníbal Alves Vilela. Após a leitura, o Presidente colocou em discussão o referido Projeto de Lei Legislativo, fazendo uso da palavra o Vereador Aníbal Alves Vilela solicitando o apoio dos

Vereadores que na última Sessão votaram contra seu Projeto para que hoje votem a favor, pois afirma que seu Projeto vem de encontro com as necessidades de nosso Município. Não concorda com os veículos que transportam cargas absurdas na Avenida Perimetral Norte e nas demais Avenidas de nossa cidade. Coloca que isso é um perigo imenso, que danifica o patrimônio público, enfim, essa ação não traz lucro nenhum para o nosso Município e, baseado nesse princípio que colocou a Avenida Perimetral Sul, Perimetral Leste, Rua Uruguai, Avenida Xanxerê e a MT-225 para que os caminhões passem por esses locais deixando o trânsito livre no perímetro urbano. Pede o apoio de todos os Vereadores, mais especificamente a Vereadora Pascoalina que não esteve presente na primeira votação do Projeto. Comenta que nesta tarde caiu uma tora de um caminhão no centro da cidade e só não morreu ninguém, pois, por sorte, não havia ninguém nas proximidades, porém acredita que não estamos livres de que algo pior venha a acontecer da próxima vez. Em seguida o Vereador Ilton Provenzi fez uso da palavra colocando que vai votar contra o Projeto novamente porque acha que ainda é cedo para mudar esse tráfego. Afirma que se o condutor do veículo não tiver responsabilidade, que ele seja punido, pois não podemos punir um monte de gente por causa de um ou dois cidadãos que não cumprem seus deveres. Coloca que é a favor de punir o infrator, é preciso orientar os motoristas, para que eles tenham mais respeito e educação no trânsito. Na sequência se dirigiu à Tribuna o Vereador Carlos Faganello que relatou que conversou com o Comandante Dantas e com o Vice-Prefeito Valderei Pescinelli sobre a necessidade de fazer a adequação urgente naquele trecho da Avenida Perimetral Norte. Porém, quanto ao Projeto, mantém seu voto contrário até porque entre a MT-225, a Praça Arcelino Sandrin e a Bunge o autor da proposição colocou que os caminhões com carga podem, porém, na outra Avenida lá na entrada da cidade é proibido, pede ao autor, por onde os caminhões da Madeireira Navarro, ou da Madeireira Rio Preto, ou ainda Madeireira Fiorese, por exemplo, vão passar. Pelo exposto, mantém-se contrário ao Projeto. Logo após se pronunciou o Vereador Luis Carlos de Melo

argumentando novamente o que disse na semana passada que aquele trecho da Avenida Perimetral Norte, onde trabalha todo dia é muito perigoso e acredita que se for esperar mais tempo pode acontecer um desastre maior. Afirma que não adianta espalhar panfleto ou qualquer outra coisa, pois não vai resolver, o que precisa ser feito é proibir a passagem de caminhões carregados, pois ali é centro da cidade e tem muito movimento de pessoas. Acredita que não vai acontecer essa história de indenização por parte dos empresários que possuem seus comércios no decorrer daquela Avenida que o Vereador Carlos citou na Sessão anterior porque os caminhões poderão transitar vazios e isso não vai prejudicar ninguém. Afirma que o que querem é prevenir que algo pior aconteça no futuro e mostrar que existe Lei em nosso Município, pois acredita que não existe Lei onde um caminhão carregado passa a 80 km/h numa Avenida movimentada. Quanto a prejudicar os empresários, não vê nada disso, até porque nunca viu um caminhão carregado fazer um serviço na oficina. Em seguida o Vereador Carlos Faganello se pronunciou relatando que no Artigo 2º consta que fica a Avenida Perimetral Sul, Avenida Perimetral Leste, Rua Uruguai, Avenida Xanxerê e MT-225 entre a Praça Arcelino Sandrin e o Trevo da Bunge liberados para o trânsito desses veículos. Se apega a este artigo e afirma que pediu ao Vereador Vilela para elaborarem juntos esse Projeto, pediu a ele se havia como fazer alguma emenda, mas ele disse que o Projeto é bom da forma como está. Em seguida se pronunciou a Vereadora Pascoalina Grassioto relatando que iria apoiar o Projeto, porém, pensando melhor e também nesta viagem que fez em uma das cidades onde esteve em Paranavaí, os Vereadores fizeram uma Lei semelhante a essa e a população se revoltou com os Vereadores por eles terem proibido o trânsito dentro da cidade. Por isso, analisando melhor, acredita que esta Lei vai prejudicar muita gente, os madeireiros, os agricultores, inclusive ela mesma. Coloca que, não é contra que futuramente esse Projeto de Lei volte a ser discutido, pois isso terá de acontecer futuramente, mas, no momento é contrária ao Projeto. Na seqüência se pronunciou a Vereadora Antoninha Leuci de Oliveira colocando que, a seu ver, são

os caminhões vazios que andam mais rápido, o que também é perigoso. Sobre os caminhões de toras, pede então que se faça uma Lei para que seja obrigado amarrar as toras nos caminhões. E sobre caminhões carregados nas Oficinas, afirma que constantemente vê eles fazendo reparos, como parte elétrica, por exemplo. Retornando à Tribuna o Vereador Aníbal Vilela novamente citou o que disse na Sessão anterior, que nenhuma justificativa dada pelos Vereadores que vão votar contra tem procedência. Como a Vereadora Leuci disse que vê os caminhões carregados na oficina, mas coloca sobre o que isso deixa para o nosso Município. Sobre o parecer da Vereadora Pascoalina, acredita que em Paranavaí, como em qualquer outra cidade do Estado do Paraná não há mais toras, pois o problema nosso é, primeiramente, a danificação do patrimônio público e afirma não se conformar em vereadores fazerem certas colocações que não se enquadram, como no Artigo 2º de seu Projeto, onde afirma que todos esses locais que citou servem para dar escoamento para chegar a Navarro, por exemplo. Afirma que se algum Vereador quiser votar contra seu Projeto, apesar de ser este um Projeto bom, isso é de direito do Vereador, o que não aceita é se dizer que os caminhões transitarem no centro da cidade é bom, afirma que isso pode ser bom para a Borracharia do Caxias, para o Posto Três Amigos, porém, para a população, não. Então afirma que se os Vereadores querem votar contra para favorecer os empresários, que votem, mas que não digam que o Projeto é ruim. Retornando à Tribuna o Vereador Carlos Faganello colocou que percebeu que o nobre colega Vilela não sabe o que é discutir um Projeto, pois acredita que colocar uma Emenda no Projeto não quer dizer que o Projeto é ruim. Acredita também que o Vereador Vilela nunca deva ter viajado e passado por cidades desenvolvidas, onde há Avenidas em que o trânsito passa dentro da cidade. Pensa que querer denegrir a imagem de alguém só porque o Vereador está sendo contra não é o caminho certo, pois acredita que a questão é de opinião e de princípio. Afirma que no Projeto está claro onde diz que pode trafegar da Praça Arcelino Sandrin até a Bunge, o que deixa claro que do trevo da Bunge, naquela Avenida entrando na

cidade é proibido. Em seguida o Presidente Gerson Antonio passou a Presidência ao Vice-Presidente Luis Carlos de Melo para fazer seu pronunciamento, onde relatou que inicialmente iria se abster da palavra, porém, quando o Vereador começa a dizer palavras que ferem honra e dignidade de um Vereador, não pode deixar isso passar em branco. Afirma que justificativa infundada é colocar no Projeto de Lei um Artigo que fala em poupar o asfalto e, na hora de justificar, em Tribuna, diz que é em função de salvar vidas. Dizer também que só por um Vereador realizar seu direito de votar a favor ou contra é porque ele está beneficiando um empresário, é outra coisa inaceitável. Coloca que o Vereador vota em função da própria justificativa. Lembra também da contradição que o autor da proposição coloca na hora em que fala de mais tempo para discussão, por exemplo, quando, na sua proposição, fica acelerando a Comissão, apressando as coisas e, em nenhum momento, mostrando que tem o mínimo de flexibilidade, e fala em planejamento, fala em dar tempo àquelas pessoas se adaptarem a nova Lei. Por isso, como Vereador pede ao autor da proposição para retirar o Projeto de Lei da pauta nesta data, para que os Vereadores possam sentar, planejar e preparar os caminhos para tirar esses veículos de trânsito pesado de uma Avenida movimentada da cidade, porque isso é verdade. Porém, não é de maneira simples, de um dia para o outro aprovando uma lei que o problema será resolvido, apenas estarão tirando a responsabilidade do Legislativo e transmitindo-a ao Prefeito Municipal. Coloca que a Vereadora Leuci lembrou muito bem que quem anda mais veloz é o veículo vazio, ao invés do carregado, por isso, não é na velocidade que se vai encontrar justificativa para aprovar este Projeto. Com relação aos veículos de toras é necessário fazer uma conscientização para que cada proprietário de madeira oriente os seus servidores para que acidentes como o de hoje não voltem a acontecer. Então o Vice-Presidente, de posse da Presidência solicitou ao autor do Projeto, Vereador Vilela, se há possibilidade de retirar este Projeto de Pauta e, em seguida, devolveu a Presidência. Então o Vereador Vilela se pronunciou colocando que não gosta de retirar Projeto de pauta após

já ter passado pela primeira votação, pois considera antiético, mas, aceita retirá-lo de pauta, contudo afirma que não há muito que ser alterado neste Projeto, pois estudou muito quando da sua elaboração e inclusive tem parecer favorável da Comissão e também parecer jurídico favorável. Então o Presidente afirmou que está retirado de pauta o Projeto de Lei Legislativo nº 001/2006. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que fizesse a leitura do Requerimento nº 025/2006 que requer ao Executivo Municipal que envie a esta Casa de Leis parecer a respeito da Indicação n 080/2005, aprovada neste Plenário no dia 05/12/2005 em Sessão Ordinária. De autoria do Vereador Aníbal Alves Vilela. Na seqüência, o Presidente colocou em discussão o Requerimento nº 025/2006 pronunciando-se o Vereador Aníbal Alves Vilela solicitando o apoio dos Vereadores para aprovação de seu Requerimento, Requerimento esse que foi aprovado há alguns meses onde solicitou a instalação de água tratada na Comunidade Boa Esperança, pois coloca que a água que aqueles moradores utilizam é difícil de ser ingerida por um ser humano. Pede apoio aos demais Vereadores para que o Prefeito lhe dê um respaldo a respeito dessa matéria, pois até agora não recebeu resposta do Prefeito. Na seqüência se pronunciou o Vereador Carlos Faganello comentando que esta é uma matéria importante, porém lembra da dificuldade financeira pela qual nosso Município está passando e afirma que, está sendo feito um orçamento, porém, na realidade, está se tentando economizar, evitando de quebrar asfalto, pois relata que o Executivo solicitou autorização para passar na divisa de sua Empresa com a Navarro e, com isso, estará se economizando uma grande quantia de rede de água. Acredita que esta obra será executada em breve e, conseqüentemente, o Requerimento do Vereador será atendido. Em seguida o Presidente Gerson Antonio ressaltou que, no mês de janeiro recebeu três justificativas do Executivo, porém foi um lapso de sua parte deixá-la de lado, relata que não divulgou que a havia recebido porque não achou aquela justificativa valiosa até porque, no momento, não contemplava sua Indicação, mas afirma que essa justificativa foi feita pelo Executivo, porém, por perceber que ela

estava um pouco vaga, fez algumas cobranças diferentes. Além disso lembra que na mesma Indicação o Vereador solicitava também vasos sanitários para os moradores daquele Bairro. Afirma que, como Presidente, quis colocar este Requerimento em votação para fazer novamente a cobrança ao Executivo, mas não por força regimental, pois é contra a burocracia. Comenta também de que é conhecedor de que o Vereador visita o prédio da Administração de nosso Município e lá o Vereador não cobra sua Indicação do Executivo, do Chefe da Pasta que deveria estar efetuando sua Indicação ou esclarecendo-a, até por que a cobrança pode ser feita via ofício, ou verbalmente, em visita ao Prefeito Municipal. Retornando à Tribuna o Vereador Aníbal Vilela disse que sempre que visita o poder Executivo cobra alguma coisa e coloca que cobrou da Secretária de Saúde esta sua Indicação, pois isso pertence a esta Pasta, já que saneamento básico e água tratada pertencem a Saúde, porém a Secretária não lhe deu um parecer que lhe satisfizesse e, por não haver recebido nenhum documento por parte do Executivo, é que entrou com este Requerimento. Acredita que está no seu direito, pois, no papel, não chegou nada em sua mão. E por não haver mais ninguém interessado em se fazer uso da palavra, o Requerimento nº 025/2006 foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Na seqüência o Presidente solicitou ao 1º Secretário que fizesse a leitura da Indicação nº 004/2006, que indica ao Executivo Municipal no sentido de construir ou alugar uma casa para que sirva de apoio aos trabalhadores rurais de nosso Município. De autoria do Vereador Luis Carlos de Melo. Na seqüência, o Presidente colocou em discussão a Indicação nº 004/2006 pronunciando-se o Vereador Luis Carlos de Melo relatando que esta matéria já foi colocada em votação no ano passado, mas que, infelizmente, não foi concluída, porém, vê a necessidade de pessoas do interior do nosso Município que vem a procura de atendimento médico, por exemplo, e não possuem condições de pagar um hotel para ficar e, muitas vezes, retornam pra casa sem terem resolvido seu problema, como é o caso de moradores do Assentamento e ainda de fazendas distantes. Acredita que não sairia muito caro ao Executivo e que sua Indicação poderia

ser atendida mesmo com os problemas que o Município vem atravessando, até porque temos Entidades no Município que poderiam estar colaborando. Pelo exposto, solicita o apoio dos Vereadores para aprovação da Indicação. Em seguida o Vereador Valdecir Rodrigues Garcia perguntou ao Vereador Luis se, no local onde está funcionando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais poderia se deixar um espaço para essa finalidade. Respondendo o Vereador Luis disse que é claro que sim, porém pede o apoio do Executivo que na sua idéia, pois lá tem um quarto inacabado, não há fogão, beliche, entre outras coisas necessárias para que as pessoas possam se alojar. Então, o Vereador Valdecir sugeriu que se altere a Indicação, pois sua redação pede que seja construída uma casa, sugere modificar a redação para adequar a casa onde funciona o Sindicato. Porém o Vereador Luis colocou que é necessário consultar aquela Entidade para ver se ela é de acordo com essa idéia. O que pretende é que sua Indicação seja atendida, por exemplo, se o Prefeito lhe falar que será feito no Sindicato, afirma concordar plenamente. Em seguida o Presidente Gerson Antonio relatou que no ano anterior aquele Órgão procurou o Executivo solicitando um auxílio para construção, já que sua obra estava inacabada. Afirma que o Executivo colaborou baseado nessa justificativa deles que também ali seriam recebidas essas pessoas. De qualquer forma, afirma que farão a cobrança e, se necessário farão também por escrito junto aquele Órgão. E por não haver mais ninguém interessado em se fazer uso da palavra, a Indicação nº 004/2006 foi colocada em votação, sendo aprovada por todos. Dando continuidade o Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura da Indicação nº 027/2006, que indica ao Executivo Municipal no sentido de construir arquibancada de madeira no campo de futebol do Complexo Esportivo Tio Teco. De autoria da Bancada PSDB, PFL e PP. Após a leitura, o Presidente colocou a Indicação nº 027/2006 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Luis Carlos de Melo parabenizando a Bancada pela Indicação até por ser apoiador do esporte no Município e vê a dificuldade das pessoas que vão prestigiar os jogos sem ter onde se acomodar. E por não haver mais ninguém

interessado em fazer uso da palavra, a Indicação nº 027/2006 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Dando continuidade o Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura da Indicação nº 028/2006, que indica ao Executivo Municipal no sentido de abrir a Junta de Serviço Militar em nosso Município. De autoria da Bancada PSDB, PFL e PP. Após a leitura, o Presidente colocou a Indicação nº 028/2006 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Aníbal Alves Vilela parabenizando a Bancada pela Indicação, fazendo, porém uma ressalva, pois acredita que esta Casa de Leis tem prestígio em Cuiabá e por esta razão poderia ter feito esta solicitação diretamente para a Secretaria de Justiça, sem intermediário, pois assim a resposta seria muito mais rápida do que passando pelo Poder Executivo. Mas coloca que a Indicação tem seu apoio. Em seguida o Presidente Gerson Antonio lembrou que a Câmara de Vereadores tem o papel de legislar e fiscalizar e não de executar, papel este do Executivo, e coloca que é preciso fazer essa diferenciação, pois não adianta a Câmara fazer a solicitação junto ao Órgão competente e este Órgão se perguntar onde está o papel do Executivo. Assegura que é por essa razão que a Presidência dessa Casa não fez e não vai fazer essa solicitação diretamente ao Órgão. Retornando à Tribuna o Vereador Aníbal Vilela disse que colocou dessa forma porque já aconteceram certas coisas com ele, não apenas nesse Mandato, mas no outro também, e cita o fato de que há poucos dias atrás fez um Requerimento ao Vice-Presidente da Rede CEMAT e dentro de uma semana ele lhe passou um parecer. Então cobrou dele que seja feito o rebaixamento da Rede de Energia na Rua Uruguai, no trecho entre a Rua Curitiba e a Avenida Chapecó e ainda no Bairro Bela Vista. Relata que o Vice-Presidente da Rede CEMAT acatou seu parecer passou o parecer a Eletro Amazonas, a qual mandou uma pessoa encarregada que fez todo o levantamento e agora aguarda apenas o trabalho ser iniciado. Por isso afirma que algumas coisas os Vereadores podem fazer sim, como a questão do INCRA, onde coloca que se deve então cobrar do Prefeito para que ele cobre do INCRA para que ele faça algo, acredita que não, pois a seu ver se os

Vereadores tem acesso, podem fazer. Na seqüência o Presidente colocou que o nobre Vereador continua equivocado, pois no exemplo que citou, não havia nenhuma contrapartida da Prefeitura, pois sua excelência estava fiscalizando o trabalho da Rede CEMAT, por isso que recebeu uma resposta e ela executou o trabalho, até porque não era dever do Executivo Municipal. Pede ao Vereador que faça essa diferenciação, já que no exemplo citado não havia envolvimento do Executivo. Coloca também que a Câmara de Vereadores pode solicitar ao INCRA a execução de um trabalho, agora, se este trabalho exigir parceria do Executivo, aí quem tem que solicitar ou mostrar interesse é o Executivo. Porém, solicitar um trabalho do INCRA para o Assentamento a Câmara fez neste dia, onde encaminhou um Ofício ao Sr. José Carlos Baú para que o INCRA venha fazer o seu trabalho no Assentamento ENA, que é de verificar quem realmente está no seu lote e, a menos que o INCRA queira de novo explorar o Executivo Municipal, este trabalho é dever apenas do INCRA. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação nº 028/2006 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento o Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura da Indicação nº 030/2006, que indica ao Executivo Municipal no sentido de que seja instituída uma diretoria ou grupo de trabalho para gerenciar juntamente com o Departamento de Agricultura do nosso Município os trabalhos a serem realizados com a patrulha mecanizada. De autoria da Bancada PSDB, PFL e PP. Após a leitura, o Presidente colocou a Indicação nº 030/2006 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Luis Carlos de Melo solicitando que, ao ser formada essa Comissão, seja incluída nela os pequenos produtores rurais e que haja a visão de formar essa Comissão por pessoas que realmente entendam das dificuldades dos pequenos produtores do Município. Fugindo um pouco do protocolo, agradeceu ao Clube dos Idosos pelo convite que lhe foi feito, onde participou da mesa de honra e coloca que foi uma grande alegria participar do evento promovido pela Terceira Idade onde percebeu que este grupo trabalha muito bem e realizou um belo trabalho no baile promovido no

último sábado. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação nº 030/2006 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. E por não haver mais nada a constar na ordem do dia o Presidente encerrou a Sessão, e Eu lavrei a presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Vereadores.